

O TEMPO-COMUNIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS EM ANGRA DOS REIS/RJ: POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Carolina Franco Paixão¹

RESUMO

Esse trabalho utiliza a metodologia da pesquisa-ação, ao acompanhar o Tempo-Comunidade do núcleo Dona Marilda, do curso Maré de Saberes, primeiro da Rede de Formação Socioambiental, constituída a partir do Projeto Redes, um Projeto de Educação Ambiental (condicionante ambiental) executado pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina em um consórcio com a Universidade Federal Fluminense e Universidade Estadual Paulista, atuando com pescadores artesanais de sete municípios: Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela. Esse trabalho se propõe acompanhar o núcleo Dona Marilda, que reúne lideranças de quatro comunidades de Angra dos Reis. Foram levantados como conflitos prioritários por este núcleo o saneamento básico e o Parque da Cidade, os quais serão abordados aqui a partir de uma ficha de conflitos, descrevendo a categoria principal do conflito, a localização, a cronologia, os atores e mediadores envolvidos, as ações e estratégias desenvolvidas e a situação atual do conflito. Além disso, o trabalho busca compreender a educação ambiental crítica, como uma educação que nasce dos conflitos ambientais e reforça a necessidade de metodologias não extrativistas, e sim o uso de metodologias participativas que coloquem as lideranças comunitárias como sujeitos ativos nesse processo de ensino-aprendizagem, a exemplo da Pedagogia da Alternância.

Palavras-chave: Educação popular, Conflitos ambientais e territoriais, Organização comunitária, Pedagogia da Alternância, Pesquisa-Ação.

ABSTRACT

This work uses methodology of action-research *within* Time-Community of the Dona Marilda nucleus, from Maré de Saberes' course, the first led by *Rede de Formação Socioambiental/Projeto Redes*. It is an Environmental Education Project (environmental condition), carried out by the *Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina*, in a consortium between Universidade Federal Fluminense and Universidade Estadual Paulista, that works with artisanal fishermen, from seven municipalities: Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião and Ilhabela. This work aims to accompany Dona Marilda nucleus that brings together leaders from four communities in Angra dos Reis. Basic sanitation and *Parque da Cidade* were raised as priority conflicts by this nucleus, which will be addressed here using a conflict sheet describing the main category of the conflict, the location, the chronology, the actors and mediators involved, the actions and strategies and the current situation of the conflict. Furthermore, the work seeks to understand critical

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – RJ; Pós-Graduanda no Curso Gestão de Territórios e Saberes da Universidade Federal Fluminense – RJ; Educadora ambiental do Projeto Redes, condicionante ambiental executada por um consórcio entre o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (FIOCRUZ/FCT), UFF e UNESP. carolinafp@id.uff.br

Environmental education as an education that arises from environmental conflicts and reinforces the need for non-extractive methodologies, and the use of participatory methodologies that place community leaders as active subjects in this teaching-learning process, alike the Pedagogy of Alternation.

Keywords: Popular Education, Environmental and territorial conflicts, Community organization, Alternation Pedagogy, Action Research.

INTRODUÇÃO

A descoberta do pré-sal na Bacia de Santos se dá em 2007, e a partir daí esse território formado por vários municípios, como Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, no Rio de Janeiro, e Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela em São Paulo, está sendo extremamente impactado, sobretudo na pesca artesanal. Esses sete municípios têm em comum a presença de Povos e Comunidades Tradicionais que são também, muitos deles, pescadores artesanais. Em 2007 por coincidência, também é criado o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba – FCT, um movimento social que tem como principal objetivo lutar pela permanência de Indígenas, Quilombolas e Caiçaras em seus territórios, a partir de várias frentes como a Justiça Socioambiental, Economia Solidária e a Educação Diferenciada. Em 2009, o FCT em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ cria o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina – OTSS, para implementação de projetos com as comunidades que apoiem e fortaleçam essa luta territorial.

O Projeto Redes é executado pelo OTSS desde 2020 e continua até 2025 (fase 2) em um consórcio com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Estadual Paulista (UNESP). Trata-se de um Projeto de Educação Ambiental, ou seja, uma condicionante ambiental exigida pelo Ibama à Petrobrás devido ao imenso impacto que essa causa, a partir da exploração do pré-sal, aos pescadores artesanais, sujeitos prioritários deste Projeto que tem como objetivo o fortalecimento da organização comunitária e a constituição de uma Rede de Formação Socioambiental ligando os sete municípios. Dessa forma, o Projeto Redes é uma política pública conquistada pelos pescadores artesanais.

O Maré de Saberes é o primeiro curso dessa Rede. E justamente essa pesquisa se propõe a compreender o Tempo-Comunidade desse curso que se constituiu a partir da Pedagogia da Alternância, como um importante instrumento de gestão territorial, que deve ser apropriado por comunidades tradicionais, para defender seus territórios.

Para isso, esse trabalho buscou autores que partem do pensamento de que o conhecimento tradicional é importante para conter a crise ambiental, ou seja, a valorização de

comunidades tradicionais como produtoras de conhecimento. Busca-se também compreender o que é a educação ambiental crítica, e brevemente o que são os conflitos ambientais, uma vez que entendemos que essa educação ambiental nasce sobretudo dos conflitos ambientais enfrentados por comunidades. Usa-se dessa forma a metodologia da pesquisa-ação, ou seja, a pesquisa se constrói na prática da atuação de uma educadora ambiental com povos e comunidades tradicionais durante o Maré de Saberes.

Esse curso é composto por duas turmas, uma no Rio de Janeiro e outra em São Paulo. A turma do Rio une lideranças comunitárias em formação, dos municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty. A pesquisa atenta-se no acompanhamento do Núcleo Dona Marilda (Angra dos Reis). Como resultados são apresentadas duas fichas de conflitos que buscam organizá-los de acordo aos levantados por este núcleo de lideranças comunitárias de Angra dos Reis: 1- o saneamento básico e 2- o conflito com uma Unidade de Conservação.

Entende-se com este trabalho a importância de buscar metodologias participativas, e não extrativistas, para a gestão territorial de Povos e Comunidades Tradicionais, como a Pedagogia da Alternância, mostrando a importância do Tempo-Comunidade. E para a pesquisa acadêmica, acredita-se que a pesquisa-ação tem sido fundamental para um trabalho que coloque os pesquisados para guiar a pesquisa, de acordo com o que acharem necessário e interessante de ser evidenciado.

METODOLOGIA

Esse trabalho se desenvolve a partir de uma pesquisa-ação. Isso quer dizer que ele se dá conforme os pesquisados o guiam, a partir de um recorte do trabalho que desenvolvo como educadora ambiental com Povos e Comunidades Tradicionais em Angra dos Reis. Nesse caso, os pesquisados são o núcleo Dona Marilda², como intitulamos o grupo de cursistas de comunidades de Angra dos Reis dentro do curso Maré de Saberes. Trata-se do primeiro curso oferecido pela Rede de Formação Socioambiental, que está sendo constituída a partir do desenvolvimento do Projeto Redes. O Maré de Saberes teve duração de um ano (setembro de 2022 à agosto de 2023) e se deu a partir da metodologia da Pedagogia da Alternância que segundo o Conselho Nacional da Educação em um Parecer de 2020, consiste em:

um modo de organização do processo de formação, cujos princípios abarcam instrumentos pedagógicos e metodológicos que integram conhecimento prático,

² Dona Marilda é liderança comunitária do Quilombo do Bracuí, tem sido a maior referência em Angra dos Reis sobre luta comunitária. Suas bandeiras de luta principais são: a educação diferenciada, visto que é educadora e pesquisadora, e o saneamento básico (proteção dos rios da sua comunidade). Além disso, é mãe de um dos cursistas e sediou encontros do núcleo durante o Tempo-Comunidade.



conhecimento científico, diversidade de epistemologias, identidades, saberes, territórios educativos e territorialidades dos sujeitos no âmbito da escola, da universidade e de outras instituições educacionais. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, p. 02, 2020)

A Pedagogia da Alternância, metodologia criada na França em 1930, divide o tempo de formação do cursista em Tempo-Escola (palestras, aulas, exposições, momentos de sala de aula, debates) e Tempo-Comunidade (inserção do cursista no seu Território, na sua comunidade, para desenvolver projetos e buscar soluções para os conflitos/ problemas encontrados). O Maré de Saberes contou com 04 módulos durante um ano, sendo 05 dias de Tempo-Escola e cerca de dois a três meses de Tempo-Comunidade.

O saneamento básico e o Parque da Cidade foram escolhidos pelos cursistas do núcleo Dona Marilda para serem trabalhados durante o seu Tempo-Comunidade a partir do Trabalho Integrado. Isso quer dizer que foram os temas trabalhados em reuniões de núcleo (que ocorriam cerca de três vezes a cada Tempo-Comunidade). As ferramentas e instrumentos utilizados nessas reuniões foram: cartolinas, apostilas pedagógicas, roteiros de campo, etc.

Além disso, como proposta do Projeto Redes, buscamos desenvolver atividades a partir das chamadas Ações Formativas Agrupadas e das Partilhas de Saberes/ Intercâmbios. Durante os Tempos-Comunidade do núcleo Dona Marilda pudemos realizar 01 Ação Formativa Agrupada em Saneamento e Hidrologia (ocorreu em março de 2023) e 01 Partilha de Saberes em Saneamento Ecológico (ocorreu em junho de 2023).

Segundo o Plano de Trabalho do Projeto Redes, as Ações Formativas Agrupadas (AFAs) podem ser realizadas a partir de vários formatos como: rodas de conversa, aulas públicas, desenvolvimento de trabalhos coletivos e mutirões, assim como aulas passeios, etc. No caso de serem agrupadas, significa que envolvem mais de uma comunidade. As Partilhas/Intercâmbios possuem objetivo de compartilhar experiências e saberes entre as comunidades pesqueiras, assim como de aprimorar conhecimentos, técnicas e tecnologias sociais dos territórios e a articulação entre as comunidades.

Para a coleta de dados para essa pesquisa, foram usadas as sistematizações das reuniões feitas nas cartolinas e relatórios de campo durante o trabalho de base com as comunidades. Além disso, conta a experiência durante o Tempo-Escola e a participação no Coletivo Popular em Defesa da Água formado por educadores, militantes ambientais, lideranças comunitárias e funcionários públicos, para defenderem o Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Angra dos Reis.

Soma-se ainda a participação em Grupo de Trabalho – GT Pesquisa, um dos que compõe o Projeto Redes, possibilitando a dedicação para a pesquisa e o desenvolvimento das fichas de

conflito, cuja metodologia foi construída pelo grupo. As variáveis utilizadas para construção das fichas de conflito foram baseadas em fontes bibliográficas como: a Tese de Doutorado de Ricardo Papu Monge intitulada: *A disputa de Territorialidades na Península da Juatinga, município de Paraty / RJ.* (2019); o Relatório PactoMar; (2020) e, o Diagnóstico Participativo do Projeto de Educação Ambiental Costa Verde (2014).

A pesquisa-ação possui abordagem sistêmica que une aspectos estruturais processuais e funcionais, ao fazer um retrato do passado (dimensão histórica) e ao propor uma visão de futuro (THIOLLENT & SILVA, 2007). Se fundamenta a partir da crítica a uma metodologia unilateral (dominação, desconhecimento e/ou aproveitamento ou extorsão do saber popular). Para a Pesquisa-Ação, segundo Thiollent e Silva (2007), é necessário uma vocação investigativa e transparência em todas as etapas da pesquisa, que se baseia em diferentes graus de participação dos atores pesquisados.

Ainda seguindo as considerações de Thiollent e Silva (2007), o papel do pesquisador nessa metodologia é de puramente acompanhar os processos e estimular as transformações decididas pelos grupos, além de entender o que pode prejudicar a ação comunitária, e, nesse caso, se solicitado pelo grupo, facilitar que a ação ocorra. É necessário, em todas as etapas, uma avaliação ética por parte do pesquisador. Trata-se, nesse caso, de uma simbiose entre o ser pesquisador, o ser educador e o ser militante.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Shiva (2003), ocorre, a partir da colonização dos Povos Originários e Africanos, e até hoje, com os Povos do Mar e da Floresta, a partir da moderno-colonialidade, uma “monocultura da mente”. Esse termo é uma referência a monoculturas de plantações, nas quais só se cultiva uma espécie de planta. Monoculturas desgastam o solo e os tornam inférteis, pois negam a diversidade da natureza, todo um ecossistema que se conecta. Seguindo esse pensamento, fala-se de uma monocultura na forma de pensar e de ver a vida, a natureza e as pessoas. A monocultura da mente exclui a diversidade de epistemes do mundo ao colocar como superior e ‘dona da verdade’ uma única cultura.

O processo de colonização do mundo foi facilitado pelo avanço da ciência que, assumindo ser dona de todo o conhecimento, nega os saberes tradicionais que ainda resistem espalhados pelo mundo. É nesse sentido que propomos uma resposta à monocultura da mente que nos é imposta: uma educação ambiental a partir de uma perspectiva crítica que acredita na união entre o saber científico, o tradicional e a pluralidade. Nenhuma cultura deve se sobrepor

a outra, todas podem e devem contribuir. Todos são saberes incompletos e que possuem objetivos diferentes. É necessário interagir esses saberes. Precisamos pensar em substituir a expropriação, a negação e o apagamento pela troca de experiências, e, dessa forma, obter um somatório, construir um saber ainda maior.

A maneira como as comunidades tradicionais se relacionam com a natureza e se colocam diante dela é oposta à da dinâmica da monocultura. Indígenas, quilombolas, caiçaras, camponeses e diversos outros Povos que vivem na/da/pela floresta são comunidades que vivem em sintonia com a natureza, se desenvolvendo pelo respeito ao tempo da natureza, e, portanto, preservando e cuidando da floresta e dos recursos naturais.

Pela lente de Fernandes (2008), os territórios não podem ser entendidos apenas como terra, pois possuem uma multidimensionalidade mais complexa, sobretudo quando se trata dos territórios tradicionais. Podem, assim, ser classificados pelas suas dimensões materiais e imateriais. A primeira composta por aspectos físicos: casas, o roçado, os cercos de pesca; a dimensão imaterial se refere à cultura, à dança, à família, à ideologia, aos saberes, sua ancestralidade, seus conhecimentos históricos, suas formas de renda, etc. Se alguma dimensão dessas lhes é negada, isto significa que o seu território está sendo negado assim como o seu próprio modo de vida. Os Povos da Floresta, cada vez mais, nas últimas décadas, se organizam em movimentos sociais, movimentos que são territoriais, pois “o território torna-se referência material e simbólica de vida, de identidade e resistência para esses novos [velhos] protagonistas na América Latina” (CRUZ, p. 04, 2014).

Segundo Cruz (2014), a luta em que estes povos historicamente marginalizados se encontram não é apenas política e territorial, mas também epistêmica, uma luta por justiça cognitiva. Trata-se principalmente de uma luta por democratização dos saberes e conhecimentos, mas sobretudo de uma luta pela valorização de outras matrizes epistêmicas, não só a do conhecimento europeu ocidental.

(...) uma característica relevante desses movimentos sociais é a capacidade de formar seus próprios intelectuais, de construir projetos educacionais fundados nas suas necessidades, experiências e projetos. A busca pela autonomia passa pela autonomia intelectual, valorização dos chamados “saberes locais”, “saberes tradicionais”, pois a pauta das lutas desses movimentos ultrapassa a esfera política em muitos aspectos, trata-se de uma luta simbólica pela afirmação de novas ideias, de novas ideologias, de novos conceitos. (CRUZ, p. 40, 2014)

Nesse sentido, percebemos que há nas comunidades tradicionais uma demanda pelo reconhecimento da sua heterogeneidade, cuja luta, além de ser uma luta social, é uma luta epistêmica, e, portanto, uma luta pelo reconhecimento de suas diferentes identidades, de suas diferentes culturas, de seus diferentes saberes, de suas diferentes histórias e memórias; logo, a

luta em questão é territorial mas não somente luta por terra, porque o que está em jogo não são apenas os recursos materiais, mas sobretudo o modo de vida, ou seja, o modo de pensar, de agir, de sentir perante o ambiente circundante.

O direito a um território próprio significa o direito às formas próprias de produzir materialmente sua existência, mas também o direito às suas peculiares formas de dar sentido ao mundo através de uma memória, de uma linguagem, de um imaginário, de formas de saberes, de formas de crença que constituem sua existência, sua cultura e sua cosmologia. (CRUZ, p.60, 2014)

Para a luta territorial, Quijano (1999) defende a apropriação de técnicas e da ciência por parte das comunidades tradicionais, pois compreende que historicamente foram excluídos dos processos e de tomada de decisões. A luta territorial é, sobretudo, uma luta de reconhecimento, e, portanto, uma luta anticolonial, ou seja, claramente, uma luta para a descolonização do Estado e da sociedade. Segundo Maldonado-Torres (2018):

É somente em virtude da articulação de formas do ser, poder e saber que a modernidade/colonialidade poderia sistematicamente produzir lógicas coloniais, práticas e modos do ser que apareceram, não de modo natural, mas como uma parte legítima dos objetivos da civilização ocidental moderna. Colonialidade, por isso, inclui, colonialidade do saber, a colonialidade do poder e a colonialidade do ser como três componentes fundamentais da modernidade/colonialidade. (MALDONADO-TORRES, p. 42, 2018)

É tarefa da Educação Ambiental estar atenta e atuar nos preceitos de concepção e concessão de novos mundos possíveis que apontem para a superação das relações de exploração e opressão. Além disso, entende-se e parte-se da premissa que a colonialidade é estruturante da crise ambiental atual.

No Brasil, a perspectiva pedagógica que mais contribuiu para o processo de constituição de uma educação ambiental crítica foi a pedagogia libertadora, crítico-transformadora de Paulo Freire. Para melhor entendimento, há duas tendências antagônicas na prática educativa escolar e na formação de educadores: a Transmissão (o professor como reproduzidor de conhecimento) que parte de uma perspectiva Humanista Tradicional/Tecnicista; e a Construção Dialógica (potencializadora de um professor reflexivo) de que parte Paulo Freire ao defender a inclusão de valores e saberes originários dos movimentos socioculturais.

A vertente transformadora e emancipatória da Educação Ambiental, segundo Loureiro (2006), tem 3 categorias conceituais de definição para um fazer educativo ambientalista, inerentes à participação cidadã, ressignificação do ambiente e transformação societária. São elas: (1) Dialética e Transformação Social (discussão dialogada e racional/ sujeitos concretos/ relações sociais históricas/ contraditório em movimento); (2) Pensamento complexo, dialética

totalidade (dimensões interconectas); e (3) Práxis e educação (remeter a teoria à prática, auto questionar e modificar a realidade).

O trabalho de Educação Ambiental Crítica possui um princípio participativo evidenciado em características apoiadas nas premissas de uma educação transformadora, como as comentadas a seguir a partir das considerações de Guimarães et al (2010):

- Exige ruptura com o paradigma hegemônico e se fundamenta no protagonismo das comunidades;
- Determina que várias vozes da cultura devem participar do diálogo educacional: as artes, a música, tradições, literaturas e místicas, chamado por Guimarães et al (2010) de polifonia do conhecimento. Além dos aspectos informacionais do conhecimento, deve se constituir de um conhecimento que nos forme e nos transforme;
- Compreende que todos possuem conhecimento e que podem refletir sobre seus conhecimentos e seu processo de aprendizagem, a fim de romper com a lógica cienticista;
- A Escola deve ser considerada um espaço de produção de conhecimentos e de reflexão crítica, e deve ultrapassar os limites da sala de aula para possibilitar a busca de soluções para problemas imediatos;
- Fundamenta-se na explicitação dos mecanismos de produção e reprodução do capitalismo; na postura teórico-prática transformadora; e no posicionamento político comprometido com as lutas populares;
- É uma atividade intencional e dialógica determinada pelas contradições da sociedade;
- Deve ter como objetivo a construção da igualdade e promoção das diversidades;
- Tem como ponto fundamental buscar o fortalecimento das organizações coletivas.

O fazer pedagógico, ao superar o uso do conhecimento para reproduzir os interesses de grupos dominantes, deve contribuir para a organização coletiva que busque a criação de mecanismos de reivindicação e realização dos direitos de grupos expropriados. Nesse sentido, entendemos que a Educação Ambiental Crítica nasce dos conflitos ambientais vivenciados por comunidades prejudicadas pelo modelo desenvolvimentista predatório.

Para Porto-Gonçalves (2013), o conflito é a contradição social em estado prático, ou seja, trata-se de uma dimensão das relações sociais e de poder que apontam para uma disputa de algo (objeto, território, recurso natural, etc) por diferentes indivíduos ou grupos sociais. Os conflitos ambientais são um tipo de conflito territorial e são caracterizados por Henri Acselrad (2004) como:



(...) aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis (...) decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, p. 26, 2004).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Angra dos Reis é um dos municípios que integram a Baía da Ilha Grande, região localizada no litoral sul fluminense. É assim chamado por ser um litoral extremamente recortado por enseadas e possuir um mar de águas calmas represadas pela Ilha Grande, como pode ser analisado no mapa abaixo. Tem como principais características geográficas: o relevo montanhoso, a vegetação de Mata Atlântica, sendo formada por florestas densas, com o clima úmido, ou seja, com chuvas ao longo de todo o ano, principalmente na estação de verão (dezembro a março). Seu verão é marcado por deslizamentos de terra recorrentes devido a falta de investimentos públicos para tratar a questão que entendemos ser um problema sócio-ambiental.



Mapa 01: Localização de Angra dos Reis no Brasil. Fonte: CRESPO, V.S. e PAIXÃO, C. F., 2023.

Historicamente, a região é ocupada por Povos e Comunidades Tradicionais, principalmente indígenas, caiçaras e quilombolas até hoje resistem aos atravessamentos econômicos como a construção de grandes empreendimentos econômicos e a instalação de grandes condomínios de luxo e resorts. Soma-se a isso a instalação de Unidades de Conservação, como Estação Ecológica de Tamoios e o Parque Estadual da Ilha Grande, ambas de proteção integral, que vêm causando diversos conflitos com comunidades tradicionais nesse território.

Entendemos que esses conflitos são marcados por três fases temporais: a primeira trata-se do momento da colonização por volta de 1500, quando indígenas são escravizados e expropriados

de suas terras, e africanos são trazidos à força para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar e posteriormente de café. O porto de Angra dos Reis recebeu muitos africanos escravizados e também exportou muito ouro que vinha das Gerais, tanto na época que era legalizado, quanto posteriormente como tráfico ilegal.

A segunda fase de conflitos é marcada pela instalação de grandes empreendimentos já na década de 1950, com a instalação do Estaleiro Verolme; depois do Terminal Petrolífero da Baía da Ilha Grande na década de 1970, e do Complexo Nuclear na década de 1980. Na década de 1970, as comunidades tradicionais foram literalmente atravessadas pelo corte de uma rodovia (Rodovia Rio-Santos BR-101) que por um lado facilitou a vida destes, mas por outro lado, deixou muitas marcas na história dessa Povo. Já a terceira fase, se caracteriza, pelo início da exploração do pré-sal na Bacia de Santos, em 2007, que hoje é compreendido como principal agente causador de impactos para pescadores artesanais e comunidades tradicionais que vivem nessa região.

As comunidades dessa pesquisa são:

- 1- Quilombo Santa Rita do Bracuí: segundo o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, a comunidade abriga 613 pessoas, sendo 333 autodeclaradas como quilombolas. Principal economia da comunidade é a prestação de serviços, no entanto, muitas famílias, como a de Dona Marilda, têm na colheita de juçara, nos períodos de janeiro a abril, um importante complemento de renda. A cachoeira da comunidade é símbolo cultural e ancestral. O jongo é a principal expressão cultural da comunidade;
- 2- Praia da Vila Velha: a comunidade litorânea possui uma quantidade expressiva de pescadores artesanais, no entanto a principal atividade econômica da comunidade está ligada ao setor de serviços, principalmente ligadas ao turismo. Os pescadores artesanais têm a atividade pesqueira como complemento de renda ou de lazer. A comunidade possui muitas expressões culturais como: o Futebol Caiçara, a festa de Nossa Senhora Aparecida e uma caminhada coletiva na Estrada do Contorno, para a qual a comunidade se organiza anualmente;
- 3- Praia da Vila Nova/ Tararaca: comunidade é muito atravessada pelo Aeroporto de Angra dos Reis, usado pela elite do município. Principal economia também é a prestação de serviços, mas já foi o marisco, antes de começar a sumir. Atualmente,



a Comissão de Base Comunitária (CBC)³ é principalmente as mulheres marisqueiras que compõem o Coletivo Mães d'Água;

- 4- Praia do Retiro: principal economia da comunidade também é a prestação de serviços relacionados sobretudo ao turismo. As pautas principais do Retiro são 1- o saneamento básico, a construção de sistemas de saneamento sustentáveis e geridos pela comunidade, desde o abastecimento de água até a coleta de esgoto, e 2- o sumiço do marisco.



Mapa 02: Localização das comunidades do núcleo Dona Marilda em Angra dos Reis. Fonte: CRESPO, V.S. e PAIXÃO, C. F., 2023.

Vale destacar uma reunião de núcleo de acompanhamento que ocorreu em fevereiro de 2023, durante o 2º Tempo-Comunidade do curso Maré de Saberes (dezembro de 2022 a abril de 2023). Essa reunião ocorreu na casa da Dona Marilda, sendo a 5ª reunião realizada desde o início do curso, cujo objetivo, além do acompanhamento dos cursistas, foi realizar uma atividade para refletir sobre os conceitos de autonomia e território, a fim de planejar um cronograma de ações prioritárias para aquilo que entendemos ser o nosso território. Foi nesse momento que demos o nome ao núcleo de acompanhamento de Angra dos Reis.

³ Comissão de Base Comunitária (CBC) é o grupo de lideranças de certa comunidade que a representa no Projeto Redes, ou seja, tratam-se das pessoas em que o Redes constrói relações. São com essas pessoas que as atividades e reuniões são realizadas.

Nesse sentido, discutimos quais ações vêm acontecendo na comunidade e demos continuidade à construção de um mapa mental para organizar e refletir quais são os atores dessas ações. Para as quatro comunidades, o saneamento e a construção do Parque da Cidade tem sido o que mais as afetou nesses últimos tempos. Ao refletir, percebemos que o Estado a partir da Prefeitura de Angra dos Reis (PEMAR) é a principal instituição por de trás desses movimentos.

Dessa forma, os problemas para o saneamento foram identificados: na Vila Velha, o tratamento de esgoto; na Vila Nova, no Bracuí e no Retiro: os despejos nos rios e o saturamento do sistema de fossa de sumidouro. Soma-se a isso o risco de privatização do sistema de saneamento municipal. Para o Parque da Cidade, as denúncias foram: deslizamento da encosta provocado pela abertura da estrada; obstrução do acesso às comunidades; escoamento de barro nas casas e risco de deslizamento das casas.

Logo após, refletimos sobre com quais ações poderemos fazer frente a esses problemas: 1- Saneamento: Ação Formativa Agrupada (AFA) sobre saneamento nas comunidades em março; outra reunião para uma avaliação da AFA em abril; e uma Partilha de Saneamento Ecológico nas comunidades de Paraty que possuem diferentes experiências práticas no tema em junho. 2- Parque da Cidade: reunir material para produção de um dossiê (fevereiro e março); reunião entre comunidades UFF e Sapê (março); pensar em uma ação via ministério público (março); e cobrar o órgão de fiscalização e monitoramento do Parque (Instituto de Meio Ambiente de Angra dos Reis - IMAAR).

Para finalizar, refletimos o território e a autonomia em um mapa mental. O Território para as lideranças comunitárias está relacionado com Tradição, Cultura, Culinária, História, Ancestralidade (história oral), “local onde estou inserido”, “onde tenho responsabilidade”, Natureza, Saúde e Saberes (ervas medicinais). Já a Autonomia, entende-se como: Coletividade, Mutirão, Pesca Artesanal, Agroecologia, e associam também, à Cultura, Culinária, Saúde e Saberes. Abaixo, segue imagem com a sistematização do que foi debatido na reunião:

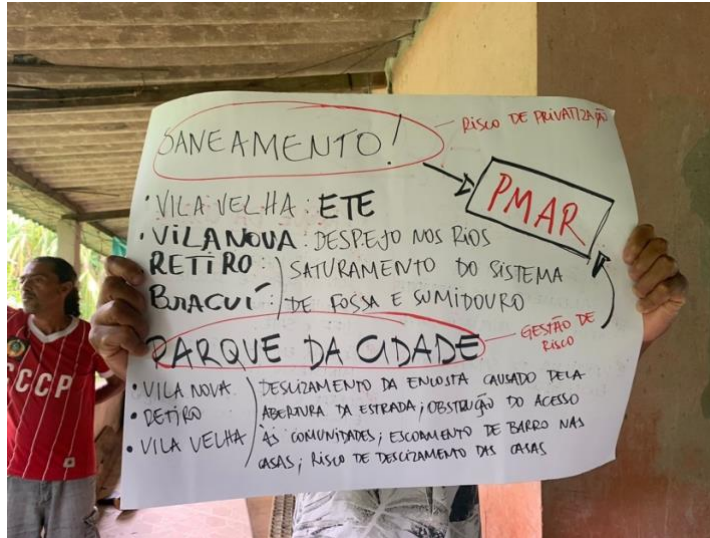


Imagem 01: Ações que atravessam as comunidades do núcleo Dona Marilda. Fonte: Projeto Redes, 2023.

As fichas de conflito foram desenvolvidas durante o ano de 2023, oportunamente a partir da participação no GT Pesquisa e inspirada em fontes já mencionadas. Pensa-se com esse trabalho em como sistematizar o conflito vivenciado pelas lideranças comunitárias que integram o Projeto Redes, para que sirva de apoio na luta territorial enfrentada por elas, ao dar visibilidade para os conflitos ambientais e territoriais que enfrentam a partir de 07 variáveis explicadas a seguir.

A principal categoria do conflito (tema que caracteriza o conflito); a localidade (comunidades envolvidas); os atores (diferentes partes do conflito, considerando suas intenções e posições em relação ao território); a cronologia (fatos relevantes sequenciados em uma linha do tempo que configura a duração e os momentos de destaque do conflito); mediações institucionais (instâncias do governo que intervêm ou são provocadas a se manifestar no conflito, ampliando o grau de conflitividade ou o solucionando); estratégias e ações (como as diferentes partes buscaram atingir seus objetivos? Qual o repertório de lutas e práticas sociais ativadas pelo conflito?); e, por último, descreve-se a situação atual do conflito.

Ficha de Conflito: o caso do saneamento básico em Angra dos Reis

Categoria	Uso da Água/Saneamento
Localidade	Vila Velha, Tararaca, Quilombo do Bracuí, Praia do Recife – MT1 e MT2 – Meso RJ
Atores	O conflito é entre o Coletivo Popular Contra à Privatização d'água (educadores, militantes ambientais, lideranças comunitárias, funcionários públicos) que busca um serviço de esgoto de qualidade, público, democrático e para toda a população, e a Prefeitura de Angra dos Reis (PMAR) que possui interesses neoliberais ao conceder o Sistema de Saneamento Autônomo de Angra dos Reis (SAAE) a uma empresa privada.



Cronologia

Em 2002, por Lei Ordinária nº 1204, foi criado o Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Angra dos Reis (SAAE) para assumir os serviços de sistema de água e de esgoto em todo o município. Seu principal objetivo é a prestação de serviços através da captação, tratamento e distribuição de água potável, assim como a melhoria das condições sanitárias de todo o município “solucionando de forma integrada as deficiências do abastecimento de água, drenagem e esgotamento sanitário” (Lei nº1204/02, p. 01). No entanto, segundo o Instituto de Água e Saneamento, apenas 55,14% da população de Angra dos Reis é atendida com esgotamento sanitário, frente a média de 71,29% do estado e 66,95% do país (2020), ou seja, o município encontra-se abaixo da média, o que explica o descontentamento das comunidades com a questão sanitária no município.

Lideranças relatam a falta de saneamento nas comunidades, a principal causa da poluição das praias no município. Por volta do ano de 2016, o marisco (*Molusco bivalvaldi*) começou a sumir no município. A mariscagem (pesca de marisco) era a principal atividade pesqueira de muitas comunidades da região. Praia do Recife, Praia do Retiro e Tararaca relataram ser impactadas em suas dimensões culturais e econômicas com o sumiço do marisco. Lideranças afirmam que a principal causa é a poluição do mar, causada sobretudo pela falta de saneamento nas comunidades.

Em 2022, o Plano Municipal de Saneamento entra em processo de atualização pela Prefeitura de Angra dos Reis (PMAR) e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Em novembro de 2022, em parceria com Grupo Myr Projetos Sustentáveis e a Comitê de Bacia Hidrográficas da Baía da Ilha Grande (CBH-BIG) ocorreu uma audiência pública que buscou apresentar as propostas de soluções colhidas em consulta pública a fim de somar na gestão pública e autônoma dos serviços de abastecimento de água e tratamento de água. Além disso, trata-se de uma das etapas finais para revisão e atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico de Angra dos Reis. Em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), um comunitário/cursista do Maré de Saberes da Praia do Retiro apresentou uma proposta de gestão comunitária dos serviços de água e esgoto. No entanto, a liderança não pode ter tempo para falar na Audiência Pública, pois foi ignorado na construção da programação, mesmo tendo sido mandado com antecedência por e-mail, como solicitado.

Em abril de 2023, o SAAE corre o risco de ser gerenciado por uma empresa privada, através da abertura de um edital de concessão. O município recuou do ímpeto inicial e agora investe num cenário de reaver recursos.

Neste mesmo momento, criou-se o Coletivo Popular em Defesa da Água em um encontro que reuniu lideranças comunitárias, funcionários públicos e representantes de movimentos sociais. O primeiro passo, em uma articulação com outros movimentos como a Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPÊ), foi acionar o Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público Estadual, no entanto não tiveram nenhuma resposta até o momento.

Mediações institucionais

Projeto Redes: o tempo-comunidade do Maré de Saberes permitiu o aprofundamento do tema junto a lideranças comunitárias de Angra dos Reis a partir de momentos específicos como: reuniões de núcleo de acompanhamento com cursistas do Maré de Saberes, onde foi definido o saneamento básico como principal bandeira de luta; ações formativas sobre hidrologia e saneamento e partilha de saberes em saneamento ecológico na Baía da Ilha Grande. Uma importante ação formativa agrupada (Cineclube Cadê o Marisco?) integrou as comunidades impactadas pelo sumiço do marisco e possibilitou a troca de informações entre elas, e um debate rico acerca do tema, que envolveu representação do Instituto Chico Mendes (ICMBIO).

Em agosto de 2023, houve reunião do Comitê de Bacias Hidrográficas da Baía da Ilha Grande (CBHBIG) bastante positiva para o Coletivo, em função das deliberações da moção de aplausos ao SAAE e a recomendação de paralisação do processo de privatização.

Estratégias e ações

Prefeitura de Angra dos Reis: abandono dos recursos hídricos; sucateamento do serviço público de esgoto; privatização do uso da água em Angra dos Reis através do lançamento de um edital de concessão do SAAE.

Movimento social: criação do Coletivo Popular contra a Privatização d'Água, acionamento do MPF e MPE logo no início; intervenção em reunião do Comitê de Bacias Hidrográficas da Baía da Ilha Grande (CBH-BIG); panfletagem sobre a concessão do SAAE; estudo

	coletivo para conhecimento do edital de concessão, marco regulatório e o decreto municipal de saneamento.
Situação atual	Atualmente, o processo de concessão encontra-se adormecido. Muito provavelmente devido à movimentação da população contra a privatização. Apesar disso, o Coletivo considera necessário fortalecer a campanha para conseguir evitar a privatização. Em última reunião do Coletivo Popular em Defesa d'Água, foi discutido o encaminhamento da Campanha, definindo que será cobrada através de parceiros conselheiros as moções aprovadas no Comitê de Bacias Hidrográficas da Baía da Ilha Grande; será refeito um documento base atualizado com o panorama atual do processo; e elaborado a partir deste um panfleto impresso, uma campanha virtual em cards, e uma nova petição judicial onde será procurado adesões de populares e de organizações parceiras.

Ficha de Conflito: o caso do Parque da Cidade em Angra dos Reis

Categoria	Unidades de Conservação X Comunidades Tradicionais
Localidade	Praia do Retiro, Praia da Vila Velha, Tararaca – MT 1 e 2 – Meso RJ
Atores	Parque da Cidade (Unidade de Conservação municipal de Proteção Integral) X Associação de Moradores da Praia do Retiro
Cronologia	<p>Criado pelo Decreto nº 10.760 de 26 de dezembro de 2017, o Parque da Cidade abrange as terras altas de toda a elevação que domina o Centro de Angra dos Reis, com seu limite correndo sobre os morros da Carioca, Sto Antonio, Cx D'água, Carmo, Peres, Glória, e da Cruz, seguindo por cima do Encruzo, Enseada, Retiro, Ribeira, Vila Velha, Praia Grande, Bonfim e Colégio Naval.</p> <p>Foi apresentado para a população em março de 2019, no Teatro Municipal. Em abril do mesmo ano, ocorreram oficinas participativas com a comunidade em escolas municipais. Em dezembro deste mesmo ano, ocorreu a Audiência Pública para debater o plano de manejo.</p> <p>Em setembro de 2021, foi anunciada a concessão do Parque da Cidade para a iniciativa privada por um período de 35 anos. Logo após, no mesmo mês, ocorreu uma Audiência Pública para debater o projeto da concessão.</p> <p>Em 2022, iniciam as obras do Parque da Cidade. Em setembro de 2022, ocorre um acidente causado pela obra (uma pedra atinge um carro).</p> <p>Em 2023, as chuvas de verão provocam deslizamentos da lama exposta, causada pelas obras do Parque da Cidade, que atingem casas de moradores na comunidade da Tararaca.</p>
Mediações institucionais	A comunidade se organiza com as outras lideranças de comunidades como Vila Velha e Tararaca para construir um documento para ser protocolado via Ministério Público. A comunidade do Retiro tem buscado agendar reuniões com outras comunidades e levar este debate para dentro da Universidade Federal Fluminense (UFF), que possui um <i>campus</i> nesse bairro.
Estratégias e ações	A associação da Praia do Retiro aponta que: 1) o processo de implementação do Parque da Cidade não cumpriu os critérios e normas estabelecidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação; 2) a comunidade não foi devidamente consultada e comunicada dos processos de implementação do parque, como determina a Convenção 169 da OIT; 3) as metodologias utilizadas nos poucos espaços de escuta e participação comunitária não foram eficientes; 4) há pouca representação de moradores no Conselho (são apenas duas cadeiras para associação de moradores, hoje ocupadas por Vila Nova/Tararaca e Morro do Peres). Nesse sentido, a comunidade do Retiro faz uma série de reivindicações para o Parque da Cidade como: mais estudo para as obras de implementação para segurança da comunidade; maior transparência; apresentação do licenciamento de obras; gratuidade para moradores e moradoras; Turismo de Base Comunitária; e mais audiências públicas e espaços participativos.

**Situação atual**

As reivindicações feitas pela comunidade da Praia do Retiro no final de 2022 ainda não foram atendidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se a importância de reconhecer as comunidades tradicionais como produtoras de conhecimento, ou seja, entende-se a necessidade da valorização de sua cultura e de seus saberes para que possamos conter a exploração predatória dos recursos naturais. Importa lutar contra a subalternização das dimensões básicas de sentir o mundo de comunidades tradicionais – de sua cultura (poder), dos seus conhecimentos (saber) e dos seus meios de ver o mundo referente ao tempo e espaço (ser). Sem um diálogo de saberes, as chamadas ciências produzem a Colonialidade do saber, do ser e do poder, com a justificativa de os estarem “disciplinando”, “civilizando” ou “desenvolvendo”.

A educação ambiental, popular e política, e crítica, é, nesse sentido, encarada como ferramenta que deve ser apropriada por comunidades tradicionais para proteger seus territórios da ganância e do modelo desenvolvimentista predatório. No entanto, devem ser apropriadas também metodologias, no caso a Pedagogia da Alternância, a partir do Tempo-Comunidade, que permitam que as comunidades relacionem os conflitos vivenciados, ou seja, seu espaço vivido, com as teorias e conceitos aprendidos em sala de aula. Entende-se, dessa forma, a necessidade de cada vez mais inovar na busca de metodologias participativas, não extrativistas, para uma educação ambiental e/ou geográfica a serviço de comunidades expropriadas.

Enfim, para a pesquisa acadêmica em Geografia, a pesquisa-ação tem-se mostrado uma metodologia eficiente para a abordagem anti-colonial, ou uma forma de se fazer Geografia não colonial, ou seja, que vá contra a ideia de uma ciência (ou de um saber) que se sobrepõe a outros saberes, uma vez que permite que os pesquisados guiem a pesquisa conforme o que sentem importante de ser evidenciado.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. As práticas sociais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. (Org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará; Fund. Heinrich Boll, 2004, p. 13-35.



ANGRA DOS REIS. Câmara Municipal. Lei Ordinária nº 1204/02. Cria o serviço autônomo de captação de água e tratamento de esgoto, e dá outras providências. Sistemas Municipais: Capítulo 01, Angra dos Reis, RJ, art. 01, 2002.

ANGRA DOS REIS. Instituto Municipal do Meio Ambiente de Angra dos Reis. Decreto nº 10.760 de 26 de dezembro de 2017. Criação do Parque Natural Municipal da Mata Atlântica. 26 de dezembro de 2017.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CP no 22/2020 de 08 de dezembro de 2020. **Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior**. Brasília, 16 de agosto de 2023, Seção 01, pág 22. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pec-g/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/90941-pedagogia-da-alternancia>>. Acessado em: 13 nov. 2023.

CRUZ, Valter Cruz. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. In: ARAÚJO DA SILVA, Onildo; CARNEIRO SANTOS, Edinuzia M.; COELHO NETO, Agripino Souza. (Org.). *Identidade, Território e Resistência*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, v. 1, p. 37-72.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E.; FRABRINI, J.E. (Orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GUIMARAES, Mauro et al. A Pesquisa na formação do Educador Ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 3, n. 3, p. 15-26, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIIN, Danilo Pereira. Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil (2013). Expropriação, Violência e R-Existência. In: P. C. L. Flores; L. G. Guerreiro (org.) **Pueblos originarios em lucha por las Autonomías**. Buenos Aires: CLACSO, 2013

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo brasileiro de 2022. Quilombolas. Primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9723>> Acesso em: 13. Nov. 2023.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Complexidade e dialética: Contribuições à práxis política e emancipatória em Educação Ambiental**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 131-152, 2006

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (Orgs). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. 1ª ed, Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018.

MONGE, R. P. M. *A disputa de Territorialidades na Península da Juatinga, município de Paraty / RJ*. 2019. 217f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2019.



PRADO, D. S.; MARTINS, I. M.; CHRISTOFOLETTI, R. A. **Pesca Artesanal e conflitos costeiros e marinhos no litoral de São Paulo (SP)** 1ª ed. Santos [SP]: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GUARDIOLA-RIVERA, O. e MILLÁN DE BENAVIDES, C. (eds.) *Pensar (en) los intersticios. Teoría y práctica de la crítica pós-colonial*. Bogotá: CEJA, 1999.

RELATÓRIO FINAL DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO. Relatório Consolidado do Programa de Educação Ambiental – Rio de Janeiro. Baía da Ilha Grande e Baía de Sepetiba, 2014

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da Mente: Perspectivas da biodiversidade e de biotecnologia*. São Paulo: Editora Gaia, 2003.

THIOLLENT, M.; SILVA, G. de O. Metodologia de pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais. *Revista Eletrônica De Comunicação, Informação & Inovação Em Saúde*, v. 01, n. 01, 2007.